

Comissão Permanente de Licitação - CPL

DECISÃO RECURSAL - TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2023

Processo Administrativo nº: 475/2023.

Processo Recurso nº 8.462/2023.

Processo Contrarrazões nº 8.955/2023.

OBJETO

O objeto da licitação é a contratação de SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA APLICAÇÃO DE MASSA ASFÁLTICA PRÉ-MISTURADA A FRIO - PMF ("TAPA BURACO").

DAS RAZÕES DO RECURSO E CONTRARRAZÕES

Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa OMEGA CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 12.647.362/0001-58, protocolado no Município na data de 29.03.2023 através do processo administrativo nº 8.462/2023, devendo este ser apensado aos autos principais da respectiva contratação (nº 475/2023), tendo cientificado-se este Subscritor de seu teor ao final do mesmo dia.

Em suma, a referida empresa argumenta em suas razões de recurso ter havido um erro na decisão unânime da Comissão Permanente de Licitação (CPL), que a inabilitou por apresentar garantia através de Apólice de Seguro com prazo de vigência de 90 (noventa) dias, em desacordo com o exigido no Instrumento Convocatório, de 120 (cento e vinte) dias, motivo pelo qual requer a reforma da decisão de sua inabilitação, sob a base do excesso de formalismo e da possibilidade de a Administração Pública realizar diligências com fito de esclarecer ou complementar a instrução processual, pautada no artigo 43, §3º da Lei 8.666/93.

Já a empresa NOVACAP ENGENHARIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. foi intimada para ciência do recurso através do envio de *e-mail* em 29.03.2023 e apresentou suas contrarrazões na data de 03.04.2023, através do sistema de protocolo do Município, processo administrativo nº 8.955/2023, tendo este Subscritor cientificado-se de seu teor na mesma data, sendo que a finalidade foi de refutar, contrariar e combater as razões do recurso apresentadas pela parte contrária.

PRELIMINARMENTE

Cabe aclarar que, a "contrario *sensu*" do elucidado pela Recorrente às fls. 03 de sua peça, quando cita a Comissão Permanente de Licitação como figura elaboradora do instrumento convocatório, esclareço, a título colaborativo, que acolhendo inúmeras decisões dos órgãos de controle e

Comissão Permanente de Licitação - CPL

precipualemente ao Princípio da Segregação de Funções, amplamente aplicado nas contratações e despesas públicas em nosso país, tal responsabilidade não recai sobre os membros desta CPL, devendo cada unidade requisitante da municipalidade, preparar, estruturar e responsabilizar-se pela feitura de seus editais de licitação, assim como Termos de Referência, Projetos Básicos, Estudos Técnicos Preliminares entre outros instrumentos.

Constata-se que, quando se segregam as funções dentro do chamado rito processual das licitações, acaba por ocorrer a mitigação dos conflitos de interesses, dos erros e fraudes, impedindo, por exemplo, que o agente público que elaborou o instrumento convocatório, também seja o responsável pela condução e julgamento do certame.

Portanto, ressalto que esta Comissão de Licitação responsabiliza-se, exclusivamente, pela condução do certame licitatório, devendo examinar, julgar e classificar as propostas, findando suas atividades com o encerramento da fase de julgamento de preços, esgotamento da fase recursal, como é o caso em tela, e posterior remessa do processo à autoridade competente.

DA DECISÃO PROCEDIMENTAL

DO PRAZO RECURSAL

Quando da realização da Sessão de Julgamento em 23.03.2023 a Recorrente foi formalmente intimada do prazo legal para apresentação de suas razões de recurso, findando-se esse em 30.03.2023, entendendo-se, assim, pelo cumprimento da regra estrita do artigo 109, § 1º da Lei 8.666/1993, que diz que dos atos da Administração decorrentes da aplicação da citada Lei, cabe recurso, no prazo de **5 (cinco) dias úteis** a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, no caso de habilitação ou inabilitação do licitante.

A Recorrente encaminhou seu recurso administrativo na data de 29.03.2023.

Portanto, considerando a contagem do prazo e a apresentação das razões através do processo administrativo nº 8.462/2023 acima citado, entendo que a exigência legal de prazo foi devidamente respeitada pela Recorrente, pelo que deverá ser seu recurso considerado TEMPESTIVO.

Dessa forma, considerando o artigo 109, §3º da Lei 8.666/1993, abriu-se prazo para a outra licitante exercer seu direito de impugnação ao recurso (contrarrazões), conforme demonstra o e-mail acostado ao final do processo 8.462/2023, à fl. 23.

Ato contínuo, a mesma encaminhou suas contrarrazões, o que se deu em 03.04.2023, devendo igualmente serem consideradas TEMPESTIVAS.

DA DECISÃO DE MÉRITO

Antes de adentrar ao mérito propriamente dito, necessário esclarecer que, para o aludido certame, o único questionamento ao edital feito relacionou-se à descontinuidade de itens na Tabela EMOP, prontamente atendido pela equipe técnica da Secretaria de Obras em 20.03.2023. Não foram apresentados demais questionamentos ao Edital, impugnações e tampouco formulação de pedidos de esclarecimento ou dúvidas por parte de nenhum interessado, inclusive dos próprios licitantes.

Ultrapassado este esclarecimento, quanto ao mérito, há que serem prestigiados, obrigatoriamente, os princípios norteadores da licitação, basilarmente, os princípios da Vinculação ao Instrumento Convocatório, da Igualdade e Isonomia.

Por óbvio, as figuras do excesso de formalismo e também a possibilidade de a Administração realizar diligências objetivando esclarecer ou complementar a instrução processual, não poderão ser preteridas nesta decisão, e serão observadas mais adiante.

A Recorrente, primeiramente, ocupa-se do tema relacionado a validade da proposta de 60 (sessenta) dias e suposta contradição com a exigência da apresentação de garantia da proposta de 120 (cento e vinte) dias do edital. Cita o artigo 64 da Lei 8.666/93, senão vejamos:

Art. 64: A Administração convocará regularmente o interessado para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 desta Lei.

(...)

§3º Decorridos 60 (sessenta) dias da data da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos. (grifo nosso)

Pois bem, o artigo em tela, 64 da Lei 8.666/93 prevê um prazo fixo de 60 dias de validade da proposta, devendo o licitante vencedor do certame assinar o respectivo contrato sob pena de suportar as sanções previstas para a pretensa contratação.

A essência objeto do recurso pretendido diz respeito a validade (vigência) mínima da garantia da proposta, apresentada através da figura da apólice de seguro, ou seja, trata-se de caução de 1% do valor estimado, exigida em edital, como condição de habilitação da licitação, dessemelhante da figura da validade da proposta, que nada mais é do que o prazo máximo a ser suportado pelo vencedor, no qual, sendo convocado para assinatura do contrato, será obrigado a fazê-lo, nas condições apresentadas. Encontramo-nos, pois, na fase de habilitação, não na de contratação do vencedor, pelo que entendo tratar-se de figuras díspares.

Quanto aos questionamentos alusivos à possibilidade da Administração, através de sua Comissão de Licitação, efetivar diligências, transcrevo inicialmente o artigo 43 da Lei 8.666/93, em seu parágrafo 3º, para adentrarmos no tema:



Comissão Permanente de Licitação - CPL

transgredir princípios legais ou constitucionais. Ou no caso de documento ausente comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, conforme Acórdão acima.

Exemplo disso seria a apresentação de certidão destinada a comprovar situação inquestionável constante de cadastros públicos.

É evidente que a Administração tem competência para rever seus atos e, se eivados de defeitos, produzir seu desfazimento. Contudo, a situação fática é a apresentação de documento em desconformidade às exigências elencadas no edital, não ocasionando nenhuma condição de dúvida ou incerteza.

E aqui nos cabe adentrar no tema do rigor excessivo no que se refere ao formalismo do procedimento, e o quanto se desconfigura do caso tratado.

Em síntese, não bastaria que os documentos estivessem em conformidade com o formalismo legalmente estabelecido, para se obter uma real vantagem à Administração. O agente público precisaria ir além, utilizar o procedimento licitatório a seu favor, como um instrumento efetivo para obtenção de um resultado realmente valioso, atendendo os princípios e objetivos da licitação e alcançando a melhor proposta para a ocasião.

Em contraponto ao dito, devemos salientar que agir de forma moderada não significa tratar as licitantes de forma desigual ou simplesmente desconsiderar a segurança jurídica necessária ao processo licitatório.

Na análise realizada pela Comissão de Licitação, prontamente se observa que a Apólice de Seguro apresentada pela Recorrente possui validade compreendida entre 23.03.2023 a 21.06.2023, ou seja, 90 (noventa) dias, inquestionavelmente. E que o disposto no Item 18.1 do Edital requer de forma diversa:

18.1 As licitantes deverão prestar garantia/caução no valor de R\$ 28.946,29 (vinte e oito mil, novecentos e quarenta e seis reais e vinte e nove centavos), ou seja, 1% (um por cento) do valor global orçado pelo Município, com prazo de validade de, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias, como condição de participação neste certame licitatório, conforme art. 31, III e art. 56, §1º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, podendo a licitante optar por uma das seguintes modalidades: CAUÇÃO EM DINHEIRO, TÍTULO DA DÍVIDA PÚBLICA, SEGURO GARANTIA OU FIANÇA BANCÁRIA. (grifo nosso).

Não há aqui incoerência em razão de erro formal, de equívoco da Comissão de Licitação por não realizar diligência, excesso de formalismo ou muito menos violação a ordem jurídica por infringir princípios. Ao contrário, a Comissão de Licitação realizou seu julgamento à luz do disposto no edital de licitação, de forma objetiva e clara. O instrumento convocatório exigia a Apólice de Seguro com prazo de validade de 120 (cento e vinte) dias e, em nenhum momento questionou-se tal exigência, seja em sede de impugnação ou mesmo de pedido de esclarecimento ou dúvida.

Comissão Permanente de Licitação - CPL

Dessa feita, diante da Apólice de Seguro apresentada, a qual se encontrava em desconformidade com o instrumento convocatório, fato observado na sessão pública marcada para a abertura dos envelopes de habilitação e de propostas, a Comissão agiu dentro da legalidade ao promover a decisão de INABILITAÇÃO do licitante.


Por tais razões, não havendo prejuízo ao erário e não violando atos administrativos formais, em atendimento ao determinado no § 2º do artigo 109 da Lei 8.666/93, deverá o RECURSO interposto ser conhecido e receber o efeito suspensivo, por tratar-se de impugnação à inabilitação do licitante, entendendo, contudo, que a decisão tomada pela Comissão Permanente de Licitação (CPL) deva ser MANTIDA, negando-se provimento ao RECURSO.

Siga-se o feito à Autoridade Superior, I. Secretário Municipal de Obras, em cumprimento ao estabelecido no § 4º do artigo 109 da Lei 8.666/93, para apreciação de sua estrita competência.

Sendo estas as considerações que entendo necessárias, cientifique-se todos os licitantes desta Tomada de Preços, através de publicação no Diário Oficial Eletrônico do Município e no Portal da Transparência (*site* da PMNF), bem como através dos endereços eletrônicos (*e-mails*) informados pelos mesmos.

Os envelopes contendo as respectivas propostas deverão permanecer em posse da Comissão Permanente de Licitação.

Nova Friburgo, 06 de abril de 2023.



Danny Dias Pinto
Presidente da Comissão Permanente de Licitações
Matricula 199.345